





e setembro de 2023, respectivamente; (ii) ao acréscimo da variação monetária devido ao maior volume de dívida, em razão da captação da 14ª emissão de debêntures, compensado pela redução do IPCA; (iii) pela atualização de provisões para contingências; (iv) às despesas bancárias e IOF, sendo compensada por (i) um decréscimo dos juros sobre depósitos judiciais; (ii) por maiores juros Selic em decorrência da atualização de créditos tributários; e (iii) a liquidação antecipada da dívida 4.131 e do instrumento financeiro correspondente a esta dívida em 2022.

• Impostos e contribuições sociais  
A redução dos impostos e contribuições de 75,08% ocorreu em função (i) da mudança de regime tributário da controlada Miracema, (ii) do decréscimo da receita de correção monetária (ICP-M deflacionário -3,46%), (iii) nos pagamentos de ICP e (iv) obtenção de benefício fiscal pela controlada Miracema. Parte desses efeitos foram compensados pela provisão de impostos a pagar sobre a menos-valia em função da incorporação da controlada ATE III.

EBITDA ajustado x EBITDA padrão				
	2023	2022	Var.	Var. (%)
Receita operacional líquida	3.362.116	2.616.517	745.599	28,50%
EBITDA	1.925.489	1.901.379	24.109	1,27%
Margem EBITDA - Ajustado¹	57,27%	72,67%	-15,40 pp	
<b>Reconciliação do EBITDA - ajustado</b>				
Lucro do exercício	1.367.834	1.449.215	(81.381)	-5,62%
Equivalência Patrimonial	(427.513)	(564.887)	137.370	-24,32%
Resultado financeiro	903.824	737.557	166.265	22,54%
Imposto de renda e contribuição social	63.425	254.516	(191.091)	-75,08%
Depreciação	17.924	24.978	(7.054)	-28,24%
EBITDA - Ajustado	1.925.489	1.901.379	24.109	1,27%

EBITDA ajustado - padrão				
	2023	2022	Var.	Var. (%)
Receita operacional líquida	3.362.116	2.616.517	745.599	28,50%
EBITDA	2.353.007	2.466.266	(113.261)	-4,59%
Margem EBITDA - padrão¹	69,99%	94,26%	-24,27 pp	
<b>Reconciliação do EBITDA</b>				
Lucro do exercício	1.367.834	1.449.215	(81.381)	-5,62%
Resultado financeiro	903.824	737.557	166.265	22,54%
Imposto de renda e contribuição social	63.425	254.516	(191.091)	-75,08%
Depreciação	17.924	24.978	(7.054)	-28,24%
EBITDA padrão	2.353.007	2.466.266	(113.261)	-4,59%

¹ A margem EBITDA de 2023 foi impactado por maiores investimentos nos empreendimentos de Ananás, Tangará, Saira (2ª fase) e reforços da Novocres e TSN. Os investimentos são registrados no custo, enquanto a receita recebe os investimentos acrescidos de juros, margem e tributos. Dessa forma, enquanto o EBITDA é impactado com o efeito líquido do oncrato de receita e custo de implementação de infraestrutura, a receita operacional líquida é impactada somente pela receita de implementação de infraestrutura.  
EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2022, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do EBITDA padrão.  
EBITDA ajustado - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

	2023	2022		2022
Circulante	-	1.153.782		634.734
Não circulante	-	8.681.614		7.560.266
Dívida bruta	-	9.835.376		8.195.000
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	-	(1.317.655)		(1.093.471)
Dívida líquida	-	8.517.721		7.101.529
Dívida líquida/EBITDA padrão	-	4,73		2,68
Dívida líquida/EBITDA ajustado	-	3,84		3,78

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, líquido ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

Balço Social Anual - 2023 e 2022 - Informações Consolidadas						
2023			2022			
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)		3.362.116			2.616.517	
Resultado operacional (RO)		1.907.564			1.876.401	
Folha de pagamento bruta (FPB)		241.129			210.244	
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.226	4,24%	0,30%	8.328	3,96%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	47.538	19,71%	1,41%	41.695	19,83%	1,59%
Previdência privada	4.113	1,71%	0,12%	3.702	1,76%	0,14%
Saúde	13.520	5,61%	0,40%	12.611	6,00%	0,48%
Segurança e saúde no trabalho	461	0,19%	0,01%	404	0,19%	0,02%
Educação	109	0,05%	0,00%	101	0,05%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.244	0,93%	0,07%	1.313	0,62%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	1.052	0,44%	0,03%	936	0,45%	0,04%
Auxílio cuidados especiais	93	0,04%	0,00%	27	0,01%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	38.707	16,05%	1,15%	32.649	15,53%	1,25%
Outros	544	0,23%	0,02%	16	0,01%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	118.607	49,19%	3,53%	101.782	48,64%	3,91%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	572	0,03%	0,02%	810	0,04%	0,03%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	114	0,01%	0,00%
Esporte	191	0,01%	0,01%	203	0,01%	0,01%
Outros	382	0,02%	0,01%	405	0,02%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	1.145	0,06%	0,03%	1.532	0,08%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais)	435.796	22,85%	12,96%	435.712	23,22%	16,65%
Total - Indicadores sociais externos	436.941	22,91%	13,00%	437.244	23,30%	16,71%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.734	0,09%	0,05%	2.222	0,12%	0,08%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.734	0,09%	0,05%	2.222	0,12%	0,08%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(1) não possui metas (1) cumpre de 0 a 50% (1) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%			(1) não possui metas (1) cumpre de 0 a 50% (1) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativos	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos circulares</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.306.121	1.083.174	1.143.367	759.628
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	4	282.010	202.942	221.191	131.587
Ativo de contrato de concessão	7	1.465.741	1.373.209	828.059	828.059
Impostos e contribuições sociais correntes	6	295.657	244.586	288.090	224.880
Dividendos a receber	12	81.810	128.081	207.358	227.643
Outras contas a receber		67.998	57.376	55.267	41.258
Total dos ativos circulares		3.509.237	3.089.688	2.891.758	2.212.441
<b>Ativos não circulares</b>					
Títulos e valores mobiliários	5	11.534	10.297	6.233	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	44.832	32.606	37.040	27.181
Ativo de contrato de concessão	7	11.844.837	10.119.266	6.213.715	4.521.653
Outras contas a receber		28.720	47.833	24.539	24.754
Depósitos judiciais		125.876	56.301	51.257	41.405
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	1.149	-	1.149
Investimentos	11	3.491.441	3.611.309	7.506.246	7.848.205
Direito de uso		2.252	4.788	2.173	4.184
Intangível		229.990	198.924	228.513	197.522
Imposto de renda diferido		165.637	136.840	165.372	136.920
Total dos ativos não circulares		15.945.419	14.219.413	14.235.658	12.808.481
Total dos ativos		19.448.656	17.309.081	17.127.396	15.020.922
<b>Passivos</b>					
<b>Passivos circulares</b>					
Fornecedores		170.505	133.728	113.493	72.161
Empréstimos e financiamentos	13.1	11.578	11.970	6.197	6.446
Debêntures	13.2	1.142.184	622.764	1.122.333	607.452
Passivo de arrendamento		1.602	3.187	1.542	2.472
Impostos e contribuições sociais correntes	8	42.400	38.967	32.512	18.027
Taxas regulamentares		51.079	62.068	45.248	52.800
Dividendos e JCP a pagar	12	228.083	26.105	228.083	26.105
Instrumentos financeiros derivativos		160	-	160	-
Outras contas a pagar		95.883	122.728	87.556	70.741
Total dos passivos circulares		1.759.274	1.021.917	1.637.124	856.204
<b>Passivos não circulares</b>					
Empréstimos e financiamentos	13.1	391.387	420.289	346.697	372.293
Debêntures	13.2	8.154.649	7.094.889	7.124.873	6.100.129
Instrumentos financeiros derivativos		133.579	46.237	135.579	46.237
Passivo de arrendamento		165.637	3.089	1.209	1.149
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	1.377.223	1.385.697	744.399	769.022
Tributos diferidos	10	747.522	666.225	358.902	260.866
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	14	138.333	59.429	50.585	35.261
Outras contas a pagar		73.139	41.233	48.718	7.420
Total dos passivos não circulares		11.016.077	17.117.088	8.810.967	7.559.442
Total dos passivos		12.768.346	10.139.005	10.448.086	8.450.446
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social		3.067.535	3.067.535	3.067.535	3.067.535
Custo com emissão de ações		(25.500)	(25.500)	(25.500)	(25.500)
Reserva de capital		598.736	598.736	598.736	598.736
Reserva de lucros		2.690.847	2.459.295	2.690.847	2.459.295
Dividendos adicionais propostos		390.283	460.000	390.283	460.000
Outros resultados abrangentes		(42.591)	10.410	(42.591)	10.410
Total do patrimônio líquido	15	6.679.310	6.570.476	6.679.310	6.570.476
Total dos passivos e do patrimônio líquido		19.448.656	17.309.081	17.127.396	15.020.922

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		1.367.834	1.449.215	1.367.834	1.449.215
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(427.513)	(564.887)	(1.180.561)	(924.708)
Depreciação e amortização		15.248	15.341	15.248	15.341
Depreciação do direito de uso		2.676	9.637	2.219	7.854
Provisão (reversão) para causas fiscais, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	3.905	11.424	(3.666)	9.486
Juros, variação cambial e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	13.1 e 22	1.258	(24.177)	(2.610)	(29.262)
Juros e variação monetária sobre debêntures	13.2	1.005.064	852.179	903.800	742.786
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - principal	18 e 22	(8.657)	49.069	2.410	49.070
Juros sobre passivo de arrendamento		335	943	317	841
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	44.595	39.480	2.844	2.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	18.830	215.036	(56.471)	68.084
Tributos diferidos	20 e 21	91.207	28.016	(14.460)	(8.394)
Custo de implementação de infraestrutura	20 e 21	949.693	232.968	78.861	2.111
Remuneração do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(1.131.351)	(1.047.880)	(570.124)	(608.415)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	7 e 20	(207.585)	(565.457)	151.450	(289.581)
Receita de implementação de infraestrutura	7 e 20	(1.223.674)	(261.469)	(113.540)	(113.540)
Receita de aplicação financeira		(1.252)	(1.153)	(725)	(602)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(6.657)	(6.287)	(5.985)	(7.541)
Despesa de atualização monetária de contingências	14	16.298	6.609	12.235	3.496
Provisão para contrato oneroso	7	23.177	47.864	-	-
(Reversão) provisão para parcela variável	6	(23.826)	26.587	(24.709)	26.590
		512.350	512.458	562.326	513.812
Variações nos ativos e passivos:					
Redução nos saldos do caixa a receber de concessionárias e permissionárias, e do ativo de contrato de concessão		610.795	1.471.947	842.063	912.964
Aumento no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(8.043)	(66.052)	(2.188)	(54.882)
Redução no saldo de outros créditos		9.719	1.897	10.455	9.579
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(926.777)	(229.203)	(81.495)	26.350
Redução (aumento) no saldo de taxas regulamentares		(10.389)	10.389	(12.412)	8.592
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		52.684	(9.104)	28.417	(9.808)
Dividendos recebidos de controladas	12	-	-	428.083	286.943
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	12	593.635	395.883	593.635	395.883
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3			





do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado. **Renovação** - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora. **Aspectos ambientais** - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caução da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido o montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações. \* Estrutura de formação da RAP - As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. A tabela abaixo, detalha os valores das RAPs, incluindo as dos empreendimentos em construção. Os valores informados para as concessões TNG e SIT não se encontram na Resolução Homologatória 3.216/2023 e foram calculados conforme metodologia definida nos contratos de concessão.

Concessão	Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
	Resolução 3.216 de 04/01/2023			Resolução 3.087 de 12/07/2022			Resolução 2.648 de 05/10/2021 (i)		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN (vi)	484.062	(495)	483.577	506.697	(5.618)	501.079	457.100	(4.399)	452.701
GTE	8.519	(185)	8.334	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786
MUN	31.609	(496)	31.123	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792
PAT	26.371	1.467	27.838	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201
ETEO	152.742	(3.218)	149.524	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563
NVT (ii) e (iii)	511.481	(11.548)	499.933	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338
STE	73.623	(1.307)	72.316	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761
NTE	133.625	(2.280)	131.337	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053
ATE	129.218	(3.910)	125.308	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375
ATE II	202.320	(5.546)	196.774	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467
ATE III (ii)	86.182	(3.958)	82.224	84.196	(4.898)	79.298	138.241	(4.523)	133.718
SAN (v) e (vi)	77.899	(2.579)	75.320	74.446	(327)	74.119	67.080	-	67.080
SIT (viii)	158.223	20.135	178.358	152.232	-	152.232	-	-	-
SGT	6.924	(2)	6.922	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625
BRAS (ii) e (iii)	35.611	(749)	34.862	34.262	(1.014)	33.248	30.788	(321)	31.109
MAR	20.618	(695)	19.923	19.837	(711)	19.126	17.754	(444)	17.310
MIR (ii) e (iii)	86.547	(1.749)	84.798	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705
SPT (ii)	67.277	(2.271)	65.006	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995
SIT (i)	62.538	(1.401)	61.137	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664
LNT	16.130	(624)	15.506	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540
JAN (iv)	242.968	(8.152)	234.816	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631
ANT (vii)	150.851	-	150.851	145.139	-	145.139	-	-	-
TNG (vii)	94.980	-	94.980	91.380	-	91.380	-	-	-
PTG (vii)	20.610	-	20.610	18.787	-	18.787	-	-	-
	<b>2.880.928</b>	<b>(29.351)</b>	<b>2.851.577</b>	<b>2.979.214</b>	<b>(68.437)</b>	<b>2.910.777</b>	<b>2.406.498</b>	<b>(66.084)</b>	<b>2.340.414</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SIT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nºs 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recontadas no ciclo 2021-2022. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2023, que refletiu os ajustes I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (iv) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (v) A SAN entrou em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa 24. (vi) A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, foi alterada pelo Despacho nº 848, de março de 2023, que julgou os recursos administrativos apresentados pelas transmissoras. Como resultado, as concessões TSN e SAN tiveram as RAPs do ciclo 2022/2023 revisadas nos termos do referido despacho. (vii) Empreendimentos em construção, conforme detalhado na nota explicativa 24. (viii) Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento, conforme detalhado na nota explicativa 24.

7. ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Concessão	31/12/2022	Mutações do ativo de contrato de concessão							31/12/2023
		Adição	Contrato oneroso	Aquisição	Incorporação	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	
TSN	802.010	24.984	-	-	-	76.943	(18.634)	(119.917)	765.386
MUN	62.501	1.091	-	-	-	5.980	(1.485)	(7.545)	60.542
GTE	31.034	574	-	-	-	3.153	(925)	(5.106)	28.730
PAT	130.332	957	-	-	-	9.540	(3.606)	(16.836)	120.387
ETEO	141.299	1.411	-	-	-	41.529	(12.960)	(81.284)	389.995
NVT	1.636.172	68.243	-	-	-	220.834	(47.532)	(325.128)	1.552.589
NTE	410.827	2.523	-	-	-	55.444	(12.022)	(75.592)	381.180
STE	343.230	4	-	-	-	32.773	(10.206)	(51.321)	314.480
ATE	637.164	2.740	-	-	-	56.244	(18.939)	(85.377)	591.832
ATE II	855.143	11.013	-	-	-	67.684	(25.141)	(101.753)	806.946
ATE III <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	448.536	-	-	448.536
SAN <sup>1 4 5</sup>	-	-	-	-	-	770.884	-	-	770.884
SIT <sup>2 3 4</sup>	-	-	-	-	-	978.713	-	-	978.713
<b>Total Controladora</b>	<b>5.349.712</b>	<b>113.540</b>	-	-	-	<b>2.198.133</b>	<b>570.124</b>	<b>(151.450)</b>	<b>7.210.200</b>
Circulante	828.059	-	-	-	-	-	-	-	828.059
Não circulante	4.521.653	-	-	-	-	-	-	-	6.213.715
MAR	255.689	-	-	-	-	14.706	11.110	(19.100)	262.405
ATE III <sup>4</sup>	466.345	6.747	-	-	-	29.877	22.454	(76.887)	460.542
SGT	72.630	-	-	-	-	3.817	3.214	(5.903)	73.758
MIR	679.090	-	-	-	-	62.042	32.544	(70.102)	703.574
JAN	2.253.255	-	-	-	-	214.741	100.988	(237.677)	2.331.307
BRAS	228.589	-	-	-	-	24.916	9.772	(29.981)	233.296
SAN <sup>1 4 5</sup>	612.874	149.513	-	-	-	51.800	74.452	(56.723)	760.609
SIT	656.280	-	-	-	-	40.332	28.384	(54.387)	670.679
SPT	619.272	145	-	-	-	40.779	26.549	(52.602)	646.599
LNT	193.043	-	-	-	-	12.612	8.780	(14.176)	164.259
ANT	153.415	745.526	-	-	-	-	-	-	898.941
PTG	5.831	35.381	-	-	-	-	-	-	41.212
TNG <sup>2 3 4</sup>	-	64.398	-	-	-	65.605	40.788	(61.487)	-
TNG <sup>2</sup>	-	108.424	-	-	-	-	-	-	108.424
<b>Total Consolidado</b>	<b>11.492.475</b>	<b>1.223.674</b>	<b>(62.247)</b>	<b>870.624</b>	-	<b>1.131.351</b>	<b>207.585</b>	<b>(1.548.884)</b>	<b>13.114.578</b>
Circulante	1.373.209	-	-	-	-	-	-	-	1.373.209
Não circulante	10.119.266	-	-	-	-	-	-	-	11.848.837

<sup>1</sup> Ao longo da execução do empreendimento da SAN, foram identificadas novas necessidades de implantação que serão discutidas junto ao órgão regulador a posteriori. <sup>2</sup> Lotes arrematados no leilão de dezembro de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. <sup>3</sup> Parte dos ativos da concessão Saitira estão em operação e parte trata-se de revitalização. A parcela onerosa está concentrada na revitalização, porém a concessão, analisada como um todo, não representa um contrato oneroso. <sup>4</sup> Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1. <sup>5</sup> O empreendimento foi 100% concluído, conforme nota explicativa nº 24.

Concessão	31/12/2021	Mutações do ativo de contrato de concessão					31/12/2022
		Adição (baixa) <sup>1</sup>	Contrato oneroso	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos e outros	
TSN	822.776	(25.008)	-	81.332	39.417	(116.507)	802.010
MUN	58.048	2.890	-	6.230	2.678	(7.345)	62.501
GTE	30.879	-	-	3.392	1.731	(4.968)	31.034
PAT	131.559	(98)	-	10.210	5.119	(16.458)	130.332
ETEO	149.143	-	-	45.847	25.425	(79.116)	141.299
NVT	1.638.588	(14.427)	-	236.065	92.236	(316.290)	1.636.172
NTE	403.351	(67)	-	58.675	22.327	(73.459)	410.827
STE	340.136	(695)	-	34.908	18.760	(49.879)	343.230
ATE	626.427	31	-	59.564	34.203	(83.061)	637.164
ATE II	875.512	118	-	72.192	47.685	(140.364)	855.143
<b>Total Controladora</b>	<b>5.376.419</b>	<b>(31.256)</b>	-	<b>608.415</b>	<b>289.581</b>	<b>(887.447)</b>	<b>5.349.712</b>
Circulante	804.492	-	-	-	-	-	804.492
Não circulante	4.571.927	-	-	-	-	-	4.521.653
MAR	219.797	-	-	16.187	38.538	(18.833)	255.689
ATE III	519.944	(20)	-	33.134	21.434	(108.147)	466.345
SGT	70.374	-	-	3.747	3.994	(5.485)	72.630
MIR	620.316	-	-	51.190	71.629	(64.045)	679.090
JAN	2.189.033	-	-	209.555	77.771	(223.104)	2.253.255
BRAS	234.084	-	-	25.836	1.666	(29.665)	228.589
SAN <sup>2</sup>	518.901	94.919	-	9.163	2.011	(10.053)	612.874
SIT	642.596	-	-	39.411	24.811	(50.538)	656.280
SPT	594.265	2.352	-	39.045	32.034	(47.974)	619.272
LNT	134.689	-	-	12.197	5.320	(13.163)	139.043
ANT	-	153.415	-	-	-	-	153.415
PTG	-	5.831	-	-	-	-	5.831
<b>Total Consolidado</b>	<b>11.120.418</b>	<b>219.241</b>	<b>(2.067)</b>	<b>1.047.880</b>	<b>565.457</b>	<b>(1.458.454)</b>	<b>11.492.475</b>
Circulante	1.320.728	-	-	-	-	-	1.373.209
Não circulante	9.799.690	-	-	-	-	-	10.119.266

<sup>1</sup> Referem-se às baixas de reforços sem RAP correspondente, devido às obras terem sido reclassificadas pelo ONS como melhorias de pequeno porte. <sup>2</sup> Ao longo da execução do empreendimento da SAN, foram identificadas novas necessidades de implantação que serão discutidas junto ao órgão regulador a posteriori. As principais adições estão relacionadas a aquisição, aos reforços e às novas construções de subestações e linhas de transmissão.

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permissiva - RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI <sup>1</sup>
<b>Aquisição e novas Construções</b>						
<b>TNG</b>						
Encruzo Novo - Santa Luzia III Açailândia - Dom Eliseu II	Suprimento às regiões de Açailândia, Burticupu, Vitório Freire (MA), Dom Eliseu (PA) e região Noroeste do estado do Maranhão.	Contrato de Concessão ANEEL 003/2023	R\$94.980 <sup>2</sup>	R\$1.117.077	Março de 2028	ADE da RFB nº 192/2023 <sup>3</sup>
SE 500/230/69 kW - Açailândia						
SE 500/230/138 kW - Santa Luzia III						
SE 230/69 kW - Dom Eliseu II						
SE Encruzo Novo - Compensador Síncrono, Banco de Capacitor "Shunt" e Banco de Retores de Barra						
<b>SIT</b>						
Instalações de Garabi I e II - Revitalização do Sistema de Comando, Controle e de Telegestão das Conversas	Continuidade da prestação do serviço público de transmissão pela vida útil remanescente da interligação interacional com a Argentina	Contrato de Concessão ANEEL 005/2023	R\$158.230 <sup>2</sup>	R\$1.175.720 <sup>4</sup>	Março de 2028	Em transferência <sup>4</sup>
Operação das Instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão						
<b>PTG</b>						



As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na nota explicativa nº 12 – Partes relacionadas. A data-base das demonstrações financeiras das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano. Demonstrações financeiras resumidas: A seguir encontram-se as demonstrações financeiras com base nas demonstrações financeiras individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balanco patrimonial	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	212.529	359.220	571.749	270.103	164.191	434.294
Ativo de contrato de concessão (i)	581.944	729.922	1.311.866	242.261	744.756	987.017
Outros ativos circulantes	56.354	120.648	177.002	362.193	212.180	574.373
<b>Ativos circulantes</b>	<b>850.827</b>	<b>1.209.790</b>	<b>2.060.617</b>	<b>874.557</b>	<b>1.121.127</b>	<b>1.995.684</b>
Ativo de contrato de concessão (ii)	6.308.892	4.294.804	10.603.696	5.813.922	4.628.530	10.442.452
Outros ativos não circulantes	122.694	1.662.368	1.785.062	24.044	1.615.660	1.639.704
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>6.431.586</b>	<b>5.957.172</b>	<b>12.388.758</b>	<b>5.837.966</b>	<b>6.243.590</b>	<b>12.081.556</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	91.100	568.897	659.997	91.811	144.655	236.466
Arrendamento mercantil	129	4.313	4.442	233	5.217	5.450
Outros passivos circulantes	447.891	256.065	703.956	230.498	422.906	653.404
<b>Passivos circulantes</b>	<b>539.120</b>	<b>829.275</b>	<b>1.368.395</b>	<b>322.542</b>	<b>572.778</b>	<b>895.320</b>
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.176.816	1.495.357	3.672.173	2.170.480	1.643.756	3.814.236
Arrendamento mercantil	542	18.265	18.808	944	21.213	22.157
Outros passivos não circulantes	1.604.763	1.410.972	3.015.735	1.404.241	1.400.440	2.804.681
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>3.782.121</b>	<b>2.924.595</b>	<b>6.706.716</b>	<b>3.575.665</b>	<b>3.065.409</b>	<b>6.641.074</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>2.961.172</b>	<b>3.413.092</b>	<b>6.374.264</b>	<b>2.814.316</b>	<b>3.726.530</b>	<b>6.540.886</b>

Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	1.514.080	1.504.231	3.018.311	1.438.109	1.663.470	3.101.579
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	40.591	432.539	473.130	47.928	461.802	509.730
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>1.554.671</b>	<b>1.936.770</b>	<b>3.491.441</b>	<b>1.486.037</b>	<b>2.125.272</b>	<b>3.611.309</b>

Demonstração do resultado	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	1.211.655	657.674	1.869.329	1.250.273	992.711	2.242.984
Custos e despesas	(389.636)	(122.948)	(512.584)	(465.483)	(126.730)	(592.213)
Receitas financeiras	42.731	29.815	72.546	23.213	24.135	47.348
Despesas financeiras	(224.025)	(236.577)	(460.602)	(241.107)	(236.485)	(477.592)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(181.294)</b>	<b>(206.762)</b>	<b>(388.056)</b>	<b>(217.894)</b>	<b>(212.350)</b>	<b>(430.244)</b>
Equivalência patrimonial	-	232.017	232.017	-	394.107	394.107
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(168.247)	(68.900)	(237.147)	(183.808)	(117.825)	(301.633)
<b>Resultado do exercício</b>	<b>472.478</b>	<b>491.081</b>	<b>963.559</b>	<b>383.088</b>	<b>928.913</b>	<b>1.313.001</b>

Resultado do exercício - participação da Taesa	244.852	219.367	464.219	202.620	414.274	616.894
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos e outros	(7.451)	(29.255)	(36.706)	(7.076)	(44.931)	(52.007)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>237.401</b>	<b>190.112</b>	<b>427.513</b>	<b>195.544</b>	<b>369.343</b>	<b>564.887</b>

(i) Implementação de infraestrutura em andamento

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Provisão de conclusão	REIDI <sup>1</sup>
lva1	Implantação de linhas de transmissão e subestações e ampliação das subestações associadas.	Contrato Concessão 022/2017	RS375.853	R\$1.936.474	Março/2024 <sup>2</sup>	Portaria MME nº 355/2017, ADE da RFB nº 110/2018

<sup>1</sup>Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura. <sup>2</sup>Obras relativas à implantação do empreendimento foram finalizadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
IVAI	Itaú	dez/43	(e)	IPC-A + 4,9982%	2.267.916	2.259.998
ETAU	BNDES Giro	ago/23	(c)	TLP + 2,78%	-	2.293
<b>Controladas em conjunto</b>					<b>2.267.916</b>	<b>2.262.291</b>
EATE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	9.286
EATE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	286.235	287.341
EATE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	205.779	206.461
EATE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	111.699	111.888
EATE	Votorantim	dez/28	(a)	CDI + 1,65%	309.298	-
ECTE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	52.992	53.175
ECTE	Santander	jul/26	(a)	CDI + 2,9%	60.144	68.226
ECTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.413	51.568
ECTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	60.894	60.988
EDTE	Santander	dez/28	(d)	IPCA + 5,29%	402.623	393.142
ENTE	Bradesco	jul/24	(a)	108,6% do CDI	52.991	53.171
ENTE	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	77.173	102.981
ENTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	30.412	30.450
ENTE	Votorantim	dez/28	(a)	CDI + 1,65%	49.817	-
ETEP	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	5.519
ETEP	Santander	jul/25	(a)	CDI + 2,9%	69.455	92.681
ETEP	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
ETEP	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	35.492	35.540
EBTE	Bradesco	jun/23	(a)	112% do CDI	-	11.020
EBTE	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
EBTE	Itaú	mai/27	(a)	CDI + 1,8%	45.653	45.719
TRANSLESTE	BDMG	fev/25	(f)	9,50%	2.887	5.361
TRANSLESTE	BNB	mar/25	(f)	9,50%	883	1.648
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr/26	(a)	CDI + 1,9%	51.416	51.572
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr/26	(b)	TLP + 6,5%	1.364	1.929
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan/24	(b)	3,50%	199	2.585
TRANSIRAPÉ	BDMG	out/29	(b)	TLP + 3,5%	2.607	3.024
<b>Coligadas diretas e indiretas</b>					<b>2.064.254</b>	<b>1.788.411</b>
					<b>4.332.170</b>	<b>4.050.702</b>

(a) Sem garantias. (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transmiss Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia. (c) Fiança da Taesa em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária. (d) Fiança proporcional da Algar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total. (e) Fiança proporcional da CTEEP de 50% e da Taesa de 50% do montante total. (f) Penhor de ações pela Transmiss Holding S.A., penhor de direitos emergentes do contrato de concessão e constituição de fundo de liquidez dos juros das parcelas vindicas no semestre acrescidas dos encargos. (g) Penhor de ações pela Transmiss Holding S.A., penhor de direitos emergentes do contrato de concessão e constituição de fundo de liquidez dos juros das parcelas vindicas no semestre acrescidas dos encargos. Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo título, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Iva1	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 3,75	Anual
1ª emissão de debêntures - ESTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 4,50	Anual
7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$1.945.425 para 7ª emissão, R\$1.961.315 para 8ª emissão, R\$1.946.119 para 9ª, 10ª e 11ª emissões	N/A	Semestral
5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$338.256 para 5ª emissão e R\$338.302 para 6ª e 7ª emissões	N/A	Semestral
4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$840.242 para as 4ª, 5ª e 6ª emissões	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$285.116 para as 4ª e 5ª emissões	N/A	Semestral
2ª e 3ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$225.416	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$163.899	N/A	Semestral
Contrato BDMG-FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa. (iii) Provisão para riscos trabalhistas e civis, e passivos contingentes

	Provisão para riscos			Passivos contingentes		
	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	
Paraguauçu	3.409	2.626		22.791	1.938	
Aimorés	1.877	1.732		11.270	231	
ETAU	121	257		118	111	
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>5.407</b>	<b>4.615</b>		<b>34.179</b>	<b>2.280</b>	
EATE	226	234		5.771	5.100	
EBTE	-	-		271	553	
ENTE	600	600		222	196	
Transleste	-	40		-	-	
Transdeste	-	40		-	-	
Transirapé	-	40		-	-	
<b>Coligadas diretas</b>	<b>826</b>	<b>954</b>		<b>6.264</b>	<b>5.849</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>6.233</b>	<b>5.569</b>		<b>40.443</b>	<b>8.129</b>	

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	54.649	2.463	57.112	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939
Aimorés (iii)	99.388	(3.492)	95.896	95.624	(123)	95.501	-	-	-
Paraguauçu (iv)	148.340	(14.815)	133.525	142.723	-	142.723	-	-	-
Iva1 (viii)	375.853	(13.242)	362.611	361.620	-	361.620	-	-	-
ENTE	195.118	(3.995)	191.123	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194
EATE (v)	379.022	(7.483)	371.539	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617
EBTE (vii)	63.000	(604)	62.396	59.063	(3.313)	55.750	54.250	(1.229)	53.021
ECTE	82.385	(1.645)	80.740	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299
EATE	85.221	(1.501)	83.720	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943
ERTE	44.425	(17.471)	26.954	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707
STC	36.318	(929)	35.389	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131
Lumitrans	23.094	(663)	22.431	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147
ESTE (vi)	140.527	(3.756)	136.771	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460
ESDE	18.209	(465)	17.744	32.982	201	33.183	25.408	(214)	25.194
ETSE (viii)	34.491	222	34.713	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-
EDTE (v)	86.938	(2.895)	84.043	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541
Transirapé (vii)	42.670	2.003	44.673	44.665	1.564	46.229	54.365	(3.090)	51.275
Transleste	35.351	(878)	34.473	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795
Transdeste	21.911	(444)	21.467	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767
<b>TOTAL</b>	<b>1.966.910</b>	<b>(69.590)</b>	<b>1.897.320</b>	<b>1.986.737</b>	<b>(50.832)</b>	<b>1.935.905</b>	<b>1.184.140</b>	<b>(50.110)</b>	<b>1.134.030</b>

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguauçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-20





### 17. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis afetados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas aplicações não serem compatíveis com os riscos elétricos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm seguros em seus edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – "Director and Officer - D&O" e de veículos.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (*)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/23 a 19/09/24	20.000	-	-	72
	FAIRFAX	19/10/23 a 18/04/25	-	1.280.944	-	3.343
	Tokio Marine	31/07/23 a 30/07/24	-	80.921	-	168
Veículos (**)	Tokio Marine	05/03/24 a 05/03/25	-	-	100% Tabela FIPE	400
	EZZE	19/09/23 a 18/09/24	60.000	-	-	74

(\*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. (\*\*) A aplicação contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos. Seguro garantia de fiel cumprimento. As concessões ANT, PGT, TNG e SIT, possuem seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas nos contratos de concessões, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descritas nos referidos contratos.

Concessão	Leião	Seguradora	Vigência	Valor segurado
ANT	002/2021	Junto Seguros S.A.	05/01/2021 a 01/07/2027	87.503
PTG	001/2022	Junto Seguros S.A.	05/09/2022 a 28/07/2027	12.158
TNG	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	55.854
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

### 18. INSTRUMENTOS FINANCIEROS

**18.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionais aplicáveis, como o modelo Enterprise Risk Management (COSO-ERM) e ISO 31.000. O gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos. **18.2. Gestão do risco de capital:** A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deturizados pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido. **18.3. Categorias de instrumentos financeiros:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022

Ativos financeiros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
- Títulos e valores mobiliários	11.534	10.297	6.233	5.508
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.304.814	1.082.139	1.142.576	759.050
- Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	1.307	1.035	791	578
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	326.842	235.548	258.231	158.768
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	793	901	-	-
	<b>1.645.290</b>	<b>1.329.920</b>	<b>1.407.831</b>	<b>923.904</b>

Passivos financeiros	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
- Empréstimos e financiamentos	352.858	376.743	352.858	376.743
- Instrumentos financeiros derivativos	21.367	(11.149)	21.367	(11.149)
<b>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:</b>				
- Instrumentos financeiros derivativos	114.372	46.237	114.372	46.237
<b>Outros passivos financeiros ao custo amortizado:</b>				
- Fornecedores	170.505	133.728	113.493	72.161
- Empréstimos e financiamentos	50.107	55.516	36	1.996
- Debêntures	9.296.833	7.717.653	8.247.206	6.707.581
- Passivo de arrendamento	2.842	6.276	2.751	5.486
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	66.829	19.855	45.722	3.825
	<b>10.075.713</b>	<b>8.354.859</b>	<b>8.897.805</b>	<b>7.218.880</b>

**18.4. Risco de mercado:** **18.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio:** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 3.59% (R\$352.858) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swaps") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sifr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas. **18.4.2. Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índice de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação indevida de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e de sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2023, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 67,5% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitas a inflação + taxa preferida. A dívida da Companhia está segregada por indexados nas notas explicativas nº 13.1 – Empréstimos e Financiamentos e nº 13.2 – Debêntures e a concessão estão segregadas nas notas explicativas nº 7. **18.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting:** Derivativos não designados como instrumentos de hedge: Empréstimo em moeda estrangeira: A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Resepakatan – mai/18
Valor de referência (nominal) em 31/12/2023	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nominal) em 31/12/2022	US\$ 70.000	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0.44%) - (1) 1.17647	(Libor 3 meses + Spread: 0.34%) - (1) 1.17447
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0.65% a.a.	106.0% CDI
Vencimento em	26/09/2025	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2023	352.858	-
Ponta passiva 31/12/2023	(374.037)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2023 <sup>(1)</sup>	(21.179)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 <sup>(2)</sup>	1.149	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2022	1.149	-
Valor justo em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor justo em 31/12/2022	1.149	-
Ganhos (perdas) 01/01/2023 a 31/12/2023	51.011	-
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 31/12/2022	1.149	(86.489)

(1) O fator 1.17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.  
(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.  
As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial. **Aquisição de equipamentos no exterior:** Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou para a concessão Saira operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira (coroa sueca) com seus fornecedores, no montante de R\$295.506 com vencimentos entre 2023 e 2026. Derivativos designados como instrumentos de hedge – Hedges de fluxo de caixa: Debêntures: A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referentes a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 100% do CDI (taxa de juros das debêntures) pela IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas preferidas. O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto do hedge	Instrumento do hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes	
						31/12/2023	31/12/2022
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 100% do CDI/Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	9.879	-
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	9.913	-
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	19.743	-
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	10.863	-
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	10.166	-
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	19.750	-
<b>Controladora e Consolidado</b>							<b>80.304</b>

**Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos:** Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo.

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	Incorporação	31/12/2023
Contrato de SWAP (Citibank 4131) – set/22	(1.149)	51.798	(787)	-	(28.683)	-	21.179
Contrato de SWAP (Santander)	15.960	(18.234)	-	29.916	13.667	-	41.309
Contrato de SWAP (BR Partners)	18.426	(17.901)	-	29.656	13.502	-	43.683
Contrato de SWAP (Itai)	5.970	(6.010)	-	9.879	4.521	-	14.360
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	5.881	(6.456)	-	10.853	4.742	-	15.020
Contrato NDF Saira (*)	-	-	-	-	-	188	188
<b>Controladora</b>	<b>45.088</b>	<b>3.197</b>	<b>(787)</b>	<b>80.304</b>	<b>7.749</b>	<b>(188)</b>	<b>135.239</b>
Contrato NDF Saira (*)	-	730	-	(542)	(188)	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>45.088</b>	<b>3.927</b>	<b>(787)</b>	<b>80.304</b>	<b>7.207</b>	<b>-</b>	<b>135.239</b>

(\*) Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) – set/22 <sup>1</sup>	-	5.870	(7.019)	-	-	(1.149)
Contrato de SWAP (Citibank 4131) – mai/18 <sup>2</sup>	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander)	11.297	(13.609)	-	6.805	11.467	15.960
Contrato de SWAP (BR Partners)	13.869	(13.286)	-	6.534	11.309	18.426
Contrato de SWAP (Itai)	4.482	(4.471)	-	2.170	3.789	5.970
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	4.031	(4.904)	-	2.752	4.002	5.881
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>(173.588)</b>	<b>40.505</b>	<b>8.565</b>	<b>18.261</b>	<b>151.345</b>	<b>45.088</b>

**18.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos:** A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2023 anualizado
CDI (i)	9,00%	11,25%	13,50%	13,04%
IPCA (i)	3,80%	4,75%	5,70%	4,62%
Sofr (ii)	5,31%	6,64%	7,97%	5,40%
PTAX	4,93000	6,16250	7,39500	4,8413
Sek	0,4841	0,6051	0,7262	0,4826

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN (Relatório Focus – Mediana Agregada), em 23 de fevereiro de 2024. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" do Bloomberg em 23 de fevereiro de 2024.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2023	Provável	Cenário A	Cenário B		Resultado no balanço patrimonial – janeiro a dezembro de 2023 – aumento (redução)
<b>Sem proteção</b>						
<b>Consolidado</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
- Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários						
- CDI	1.316.348	(53.180)	(23.563)	-	6.055	
<b>Passivos financeiros</b>						
- Financiamentos e Debêntures						
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)	-	
- IPCA	6.509.976	53.453	(8.391)	(70.236)	-	
		<b>122.314</b>	<b>22.109</b>	<b>(78.096)</b>		
<b>Sem proteção</b>						
<b>Controladora</b>						
<b>Ativos financeiros</b>						
- Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários						
- CDI	1.148.809	(46.412)	(20.564)	-	5.285	
<b>Passivos financeiros</b>						
- Financiamentos e Debêntures						
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)	-	
- IPCA	5.371.756	44.107	(6.924)	(57.956)	-	
		<b>119.736</b>	<b>26.575</b>	<b>(66.586)</b>		
<b>Com proteção</b>						
<b>Controladora e Consolidado</b>						
<b>Passivos financeiros (dívida protegida)</b>						
- Empréstimos e financiamentos						
- Sofr	352.858	318	(4.367)	(9.051)	-	
- Dólar	352.858	(6.465)	(96.295)	(186.126)	-	
<b>Derivativos</b>						
Ponta ativa – Sofr	(352.858)	(318)	4.367	9.051	-	
Ponta ativa – Dólar	(352.858)	6.465	96.295	186.126	-	
Ponta passiva – CDI	374.037	15.109	6.693	(1.723)	-	
<b>Efeito líquido</b>						
<b>Passivos financeiros</b>						
- Debêntures						
- CDI	405.862	16.395	7.263	(1.869)	-	
- IPCA	520.234	4.272	(671)	(5.613)	-	
<b>Derivativos</b>						
Ponta ativa – CDI	(405.862)	(16.395)	(7.263)	1.869	-	
Ponta passiva – IPCA	(520.234)	(4.272)	671	5.613	-	
<b>Efeito líquido total Controladora</b>						
		<b>15.109</b>	<b>6.693</b>	<b>(1.723)</b>		
<b>Consolidado</b>						
<b>Derivativos</b>						
NDF – Moeda Sek	188	-	(2)	(5)	-	
<b>Efeito líquido total Consolidado</b>						
		<b>15.109</b>	<b>6.691</b>	<b>(1.728)</b>		



**24. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**Aspectos ambientais:** As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica “Outras contas a pagar”. A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação								
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor			
Taesa (NVT)	Samambaia/DF – Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)		
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO – Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-		
Taesa (MUN)	Camaçari II – Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)		
Taesa (GTE)	Goianinha - Mussurê	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	IBAMA	-		
	SE Norfii	2671/2023	23/11/2023	23/11/2028	SUDEMA	-		
Taesa (PAT)	Paraíso-Açu	2018-130625/TEC/RL0-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)		
Taesa (ETEO)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)		
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	IBAMA	-		
	Xingó – Angelim	350/2003	23/12/2015	23/12/2025				
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)		
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-		
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-		
ATE III	Itacaianas – Colinas	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	IBAMA	(a)		
	Marabá – Carajás	13722/2022	26/09/2022	25/09/2027				SEMAS/PA
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	-	-		
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024				
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029				NATURATINS
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024				
Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029	-				
MAR	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	-		
SPT	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)		
	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)		
SJT	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)		
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	-	-	(e)	
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024				IDEMA
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	-		
	Juba – Jauru	312086/2015	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-		
SIT	Garabi - Itá I e II	1293/2015	06/04/2015	06/04/2025	IBAMA	-		
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-		
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM	-		
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/01/2027	FEPAM	(g)		
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM	-		
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM	-		

- (a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);
- (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;
- (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;
- (d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/L5 0062 referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;
- (e) Renovação solicitada ao INEMA/RN. Válida até manifestação do órgão;
- (f) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);
- (g) Retificação do número da licença feita pelo órgão.

Licenças expedidas às controladas em construção							
Empresa	Trecho	Licença prévia nº	Licença de instalação/Única nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
ANT	LT 525kV Bateias - Curitiba Leste	302297/23	-	07/08/2023	07/08/2028	SEDEST	
	LT 500 KV Ponta Grossa - Assis	684/2023	-	18/09/2023	18/09/2028	IBAMA	
PTG	LT 230 KV Abdon Batista - Videira C1 E C2 - CD; LT 230 KV Abdon Batista - Barra Grande C3 – CS	-	267/2024	31/01/2024	31/01/2030	IMA	
TNG	LT 230 KV Encruzo Novo - Santa Luzia III	1215406/2023	-	30/11/2023	30/11/2025	SEMA-MA	
	LT 230 KV Açailândia - Dom Eliseu II (+ SE Açailândia e SE Dom Eliseu II)	688/2023	-	27/12/2023	27/12/2027	IBAMA-MA	
	SE Encruzo Novo	-	1002952/2024	08/01/2024	08/01/2028	SEMA-MA	
	LT 500 KV Santa Luzia III - Açailândia/Miranda II (Seccionamento)	1018107/2024	-	01/02/2024	01/02/2026	SEMA-MA	
	SE Santa Luzia III	-	1019800/2024	05/02/2024	05/02/2026	SEMA-MA	

**Empreendimento Ivai** - Em 03 de março de 2024, as obras de implantação do empreendimento Ivai foram finalizadas, sendo solicitado ao ONS a emissão do Termo de Liberação Definitivo - TLD. **Empreendimento Sant'Ana** - O projeto entrou em operação comercial durante o exercício de 2023 e atualmente recebe 95,4% de sua RAP. Existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto ao órgão regulador e uma vez sanadas a Companhia passará a receber 100% de sua RAP. **Inauguração do Centro de Operação do Sistema (COS)** - Em 24 de agosto de 2023, foi inaugurado o novo Centro de Operação do Sistema na sede da Companhia. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Companhia no setor de transmissão, além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil. **Termo de Liberação Definitivo (TLD) da ESTE** - Em 13 de março de 2023, a Coligada Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. obteve do ONS o TLD autorizando o início da operação comercial definitiva das instalações de transmissão a partir de 3 de março de 2023. A Companhia ressalta que, conforme comunicado ao mercado publicado em 21 de fevereiro de 2022, a ESTE já havia obtido do ONS o Termo de Liberação de Receita ("TLR"), o qual autorizou o recebimento de receita a partir de 3 de fevereiro de 2022, devido a disponibilização das instalações de transmissão para o Sistema Interligação Nacional ("SIN"). **Empreendimento Tangará** - Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 3 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, composto por 279 Km de linhas de transmissão de 230 e 500 KV, nos estados do Maranhão e Pará. O novo empreendimento chamado Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG"), com RAP prevista de R\$94.980, CAPEX ANEEL de R\$1.117.077, prazo de concessão de 30 anos e prazo para construção ANEEL de 60 meses, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão realizada em 30 de março de 2023. **Empreendimento Saira** - Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 5 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, que consiste em dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão existentes e revitalização dos sistemas de controle e de teleproteção das conversoras Garabi I e Garabi II, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O novo empreendimento, chamado Saira Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT"), tem CAPEX ANEEL de R\$1.175.720, prazo de concessão de 30 anos e prazo ANEEL de 60 meses para revitalização, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão realizada em 30 de março de 2023. Desde 31 de março de 2023 a Saira passou a ter direito a uma RAP de R\$114.305, referente a parte que se encontra em operação, o que representa 72,24% do total da RAP que é de R\$158.223 para ciclo de 2023/2024. Os 27,76% remanescentes serão recebidos após a conclusão da revitalização. Como parte do valor do investimento do lote 5, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$870.624 à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção do lote 5. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo de contrato de concessão, registrando em seu ativo, exatamente, o valor desembolsado.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".  
**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público - ativo controlado:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços de transmissão de energia elétrica, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfetida ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção, bem como das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substanciais relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia, análise retrospectiva dos gastos incorridos em cada projeto em relação aos montantes inicialmente orçados, com a correspondente análise e discussão sobre a natureza das variações e discrepâncias, e obtenção de evidências corroborativas de tais variações; e (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual, suas respectivas receitas e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.  
**Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.  
**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**25. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Alteração na diretoria** – Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rinaldo Pecchio Junior, assumiu interinamente a função de Diretor Presidente enquanto a Companhia realiza o processo de sucessão. **Pagamento de dividendos intercalares** – Em 16 de janeiro de 2024, a Companhia pagou o montante de R\$228.003 referentes a dividendos intercalares de 2023. **Pagamento de juros e principal da 1ª e juros da 2ª série da 11ª emissão de debêntures** – Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$128.682, sendo R\$9.952 de juros e R\$75.000 de principal da 1ª série e R\$43.730 de juros da 2ª série. **Pagamento de juros e principal da 1ª emissão de debêntures da JAN** – Em 15 de janeiro de 2024, a JAN pagou aos debenturistas o montante de R\$14.022, sendo R\$8.529 de juros e R\$5.493 de principal. **Aumento do capital social em controladas**

	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Ananai	05/01/2024	26/12/2023	AGE	146.000
Pitiguari	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Tangará	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Ananai	08/02/2024	05/02/2024	AGE	60.000

Diretoria	
Diretores	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (indicado pela CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (indicado pela CEMIG)	
Jaime Leônico Singer (indicado pela CEMIG)	
Maurício Dall'Agnese (indicado pela CEMIG)	
Ana Milena López Rocha (indicado pela ISA)	
César Augusto Ramirez Rojas (indicado pela ISA)	
Gabriel Jaime Melguizo Posada (indicado pela ISA)	
Fernando Bunker Gentil (indicado pela ISA)	
Vago (membro independente)	
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Felipe José Fonseca Attié (indicado pela CEMIG)	Eduardo José de Souza (indicado pela CEMIG)
Frederico Papatella Padovani (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos	Ana Patricia Alves Costa Pacheco
(acionistas minoritários preferencialistas)	(acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco	Rosângela Torres
(acionistas minoritários ordinarietas)	(acionistas minoritários ordinarietas)

Contador	
Marcelo Meira Trunquim Fernandez	
CRC RJ-087299/0-7 - CPF nº 009.111.247-80	

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.

Rinaldo Pecchio Junior Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Marco Antonio Resende Faria Diretor Técnico	Luis Alessandro Alves Diretor de Implantação

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.

Rinaldo Pecchio Junior Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Marco Antonio Resende Faria Diretor Técnico	Luis Alessandro Alves Diretor de Implantação

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") infra-assinados, reunidos na sede da Companhia, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a declaração da Diretoria da Companhia datada de 06 de março de 2024, examinaram o relatório da administração e os demais documentos que compõem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhados do parecer dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social de 2023. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da administração e de seus auditores independentes - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem encaminhados para Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais legislação pertinente.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2024.

Manuel Domingues de Jesus e Pinho Membro titular	Felipe José Fonseca Attié Membro titular
Frederico Papatella Padovani Membro titular	Murici dos Santos Membro titular

Marcello Joaquim Pacheco  
Membro titular

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.  
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2024  
**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes Ltda.**  
 CRC nº 2 SP 011609/0-8 "F" RJ  
 Marcelo Salvador  
 Contador  
 CRC nº 1 MG 089422/0-0